

Entrevista do Bispo Athanasius Schneider ao Rorate Caeli



“Profissão das Verdades Imutáveis”, comunhão para “divorciados e recasados”

✘ Dom Athanasius Schneider – auxiliar de Astana, no Cazaquistão, e um dos três redatores originais da Profissão das Verdades Imutáveis dessa semana em resposta a Amoris Laetitia e da aprovação oficial do papa Francisco concedendo a Sagrada Comunhão a alguns católicos “divorciados e recasados”, participou de uma entrevista ao Rorate Caeli após o lançamento do documento.

RORATE CAELI (RC): Sua Excelência esteve pessoalmente à frente da restauração da liturgia tradicional por muitos anos. Agora, Sua Excelência, o Arcebispo Peta e o Arcebispo Lenga se viram obrigados a vir a público em defesa do sacramento do matrimônio após a divulgação de Amoris Laetitia. Por que três

de vocês decidiram que agora era o momento de responder?

BISPO ATHANASIUS SCHNEIDER (BAS): Após a publicação de *Amoris Laetitia*, vários bispos e conferências episcopais começaram a emitir normas “pastorais” sobre os chamados “divorciados e casados novamente”. É preciso que se diga que, para um Católico não existe divórcio porque o vínculo sacramental válido de um casamento ratificado e consumado é absolutamente indissolúvel e até mesmo o vínculo de um casamento natural é por si mesmo indissolúvel. Além do mais, para um católico, há apenas um casamento válido enquanto o cônjuge legítimo ainda está vivo. Portanto não se pode falar em “recasamento” nesse caso.

A expressão “divorciado e casado novamente” é conseqüentemente enganosa e enganadora. Uma vez que esta expressão é a mais comumente conhecida, preferimos usá-la apenas entre aspas com a anterior observação “assim chamada”. As mencionadas normas pastorais em relação aos assim chamados “divorciados e recasados”, normas essas mascaradas de uma retórica que beira o sofisma – preveem, em última instância, a admissão do “divorciado e recasado” à Sagrada Comunhão sem o requisito da condição indispensável e divinamente estabelecida para que eles não possam violar seu vínculo sagrado através do vínculo sexual habitual com uma pessoa que não é o legítimo cônjuge. Um certo climax foi atingido nesse processo de reconhecimento implícito do divórcio dentro da vida da Igreja quando o Papa Francisco ordenou publicar na *Acta Apostolicae Sedis*, sua carta de aprovação de normas similares que foram emitidas pelos bispos da Região Pastoral de Buenos Aires .

Este ato foi seguido pela declaração de que essa aprovação pertenceria ao autêntico Magistério da Igreja. Em vista de tais normas pastorais que contradizem a Divina Revelação na sua absoluta condenação do divórcio e contradiz também o ensino e a prática sacramental do infalível Magistério Ordinário e Universal da Igreja, fomos forçados pela nossa consciência, como sucessores dos Apóstolos, a elevar nossa voz

e reiterar a doutrina e a prática imutáveis da Igreja quanto à indissolubilidade do casamento sacramental.

RC: A conferência do Cazaquistão lançou oficialmente uma interpretação de Amoris Laetitia? Eles planejam fazê-lo, ou isso significa que a conferência acredita que Amoris Laetitia não pode ser entendida de forma ortodoxa ou que é de alguma forma compatível com o Catecismo, com a Escritura e a Tradição?

BAS: O texto da “Profissão das verdades” não é um documento da Conferência Episcopal do Cazaquistão, mas apenas dos Bispos que a assinaram. Nossa Conferência Episcopal considerou não ser necessário emitir normas pastorais como uma interpretação da AL. Embora em nossa sociedade, a praga do divórcio está amplamente disseminada como consequência de 70 anos de materialismo comunista e nós também temos em nossas paróquias casos dos assim chamados “divorciados e recasados”, esses mesmos “divorciados e casados novamente” não ousariam pedir para serem admitidos à Sagrada Comunhão, uma vez que o conhecimento e a consciência do pecado estão, graças a Deus, muito profundamente arraigadas em suas almas, mesmo vivendo numa sociedade civil.

Em nosso país, as pessoas cometem pecados como em qualquer outro lugar, mas nosso povo ainda acredita que o pecado é pecado e, portanto, para esses pecadores há esperança de conversão e de misericórdia divina. Seria então para o nosso povo – e até mesmo para os assim chamados “divorciados recasados” entre eles – uma espécie de blasfêmia exigir o acesso à Sagrada Comunhão enquanto continuam a coabitar com uma pessoa que não é o seu cônjuge legítimo. Portanto, nossa Conferência Episcopal não viu a necessidade de emitir normas relevantes.

RC: Nós tivemos a famosa dubia enviada ao Papa e uma correção filial – feita principalmente por leigos – enviada também. Nenhuma das duas obtiveram uma resposta. No entanto, muitos

sentem que Francisco já respondeu em certo sentido, quando endossou oficialmente a instrução aparentemente herética dos bispos de Buenos Aires aos divorciados recasados que ainda permanecem coabitando. Será que deveríamos esperar mais alguma coisa de Francisco sobre esse assunto?

BAS: as instruções dos bispos de Buenos Aires não expressam diretamente uma heresia. No entanto, eles permitem, em casos individuais, receber a Santa Comunhão, apesar desses casais não terem intenção de parar com as relações sexuais com seus parceiros não conjugais. Nesse caso, as instruções pastorais negam na prática e, portanto, indiretamente, a verdade divinamente revelada da indissolubilidade do casamento. A triste circunstância é que o Papa aprovou tais instruções. Desta forma, o Papa deu, na minha opinião, uma resposta direta ao primeiro ponto e indiretamente aos quatro outros pontos da dúvida. Só podemos esperar através de nossos apelos, orações e sacrifícios, que o Papa Francisco possa responder de modo inequívoco aos cinco pontos da dúvida de acordo com ensino relevante do Magistério infalível ordinário e universal.

RC: A ameaça para os fiéis foi clara, não só desde que *Amoris Laetitia* foi promulgada, mas pelas discussões em si emanadas dos sínodos. É inquestionável a confusão que foi causada. Todavia, assim como a utilidade da *Humanae Vitae* foi minada devido ao longo tempo que levou para ser publicada, será que não é tarde demais para sanar o dano, especialmente quando o próprio Papa acaba de dar oficialmente a permissão para alguns divorciados recasados receberem a Sagrada Comunhão?

BAS: Nós precisamos ter em mente que a Igreja não está nas nossas mãos, mas nas poderosas mãos de Cristo e assim não podemos dizer que é tarde demais para corrigir os danos. Também podemos aplicar a seguinte afirmação de São Paulo à nossa situação dentro da Igreja: “Onde o pecado abundou, a graça abundou ainda mais” (Romanos 5:20). Deus de alguma forma permitiu a atual confusão doutrinal e moral na Igreja com o objetivo de que após essa crise, a verdade triunfará de forma

ainda mais brilhante e a Igreja se tornará espiritualmente mais bonita, especialmente através dos casais, das famílias e Papas.

RC: Ouvimos até agora, por mais de um ano , que uma correção formal proveniente dos cardeais era iminente, mas nada aconteceu. O que o senhor acredita que a está impedindo ?

BAS: diante do atual, temporal e parcial eclipse da função do Magistério Pontifício no que diz respeito concretamente à defesa e a aplicação prática da indissolubilidade do casamento, os membros dos colégios episcopais e cardinalício devem assistir o Papa neste ofício magisterial, através da pública profissão das verdades imutáveis contidas no magistério público e universal – o que significa o que todos os Papas e o inteiro episcopado durante todos os tempos – ensinaram no tocante à doutrina e a prática sacramental do casamento.

RC: Se uma correção formal é feita por vários cardeais e Francisco continua a aprovar oficialmente as conferências dos bispos dando a Sagrada Comunhão a alguns divorciados e recasados, então como ficamos?

BAS: Existe o seguinte princípio da doutrina católica tradicional desde os primeiros séculos: “prima sedes a nemine iudicatur”, ou seja, a primeira cátedra episcopal na Igreja (a cátedra do Papa) não pode ser julgada por ninguém. Quando os Bispos recordam respeitosamente ao Papa as imutáveis verdades e disciplina da igreja, eles não julgam a primeira cadeira da Igreja, em vez disso se comportam como irmãos e irmãos do Papa. A atitude dos bispos em relação ao Papa deve ser colegial, fraterna, não servil e sempre sobrenaturalmente respeitosa, como enfatizou o Concílio Vaticano II (especialmente nos documentos Lumen gentium e Christus Dominus). Uma pessoa pode continuar a professar a imutável fé e rezar ainda mais pelo Papa e então, apenas Deus pode intervir e Ele o fará inquestionavelmente .

RC: Para o católico típico, que vai para a Igreja mas que não segue as políticas da Igreja, como fazem os leitores de Rorate, os católicos casuais que ouvem o Sumo Pontífice dizendo inúmeras coisas confusas durante os últimos anos, coisas que parecem contrárias (esperamos) a tudo o que lhes foi ensinado a vida inteira, o que a sua excelência diria a eles? E como os Católicos sérios podem rebater sempre que são perguntados pelos modernistas se eles se acham “mais católicos do que o Papa”?

BAS: Primeiramente, esses fiéis devem continuar a ler e estudar o Catecismo imutável, e especialmente os grandes documentos doutrinários da Igreja. Tais documentos são tema aqui, por exemplo, os Decretos do Concílio de Trento sobre os sacramentos; as encíclicas Pascendi de Pio X.; Casti connubii de Pio XI; Humani generis de Pio XII; Humanae vitae de Paul VI; o Credo do povo de Deus de Paulo VI; a encíclica Veritatis splendor de João Paulo II; e sua Exortação Apostólica Familiaris consortio. Esses documentos não refletem um significado pessoal e de curta duração de um Papa ou de um sínodo pastoral. Em vez disso, esses documentos refletem e reproduzem o infalível Magistério Ordinário e Universal da Igreja.

Em segundo lugar eles devem ter em mente que o Papa não é o criador da verdade, da fé e da disciplina sacramental da Igreja. O Papa e todo o Magistério “não está acima da Palavra de Deus, mas apenas a seu serviço, ensinando apenas o que lhe foi transmitido ” (Concílio Vaticano II, Dei Verbum, 10). O Primeiro Concílio do Vaticano ensinou que o carisma do ministério dos sucessores de Pedro “não significa que eles devam tornar conhecida uma nova doutrina, mas que com a assistência do Espírito Santo devem religiosamente guardar e fielmente transmitir a revelação ou o depósito da Fé transmitida pelos Apóstolos. “(Pastor aeternus, cap. 4).

Em terceiro lugar, o Papa não pode ser o ponto focal da fé na vida diária do fiel Católico. O ponto focal deve ser Cristo.

Caso contrário, nos tornamos vítimas de um insano papacentrismo ou uma espécie de papolatria, uma tradição que é alheia à Tradição dos Apóstolos, aos Padres e à grande tradição da Igreja. O chamado “ultramontanismo” dos séculos XIX e XX atingiu seu pico em nossos dias criando um papacentrismo e papolatria insanos. Para mencionar apenas um exemplo: houve em Roma lá pelo final do século 19 um famoso monsenhor que levava diferentes grupos de peregrinos para audiências papais. Antes de deixá-los entrar para ver e ouvir o Papa ele lhes dizia: “Ouçam atentamente as palavras infalíveis que sairão da boca do Vigário de Cristo”. Certamente esta é uma caricatura do ministério Petrino contrária à doutrina da Igreja. No entanto, mesmo em nossos dias, não poucos católicos, sacerdotes e bispos mostram substancialmente a mesma atitude caricatural em relação ao sagrado ministério do sucessor de Pedro.

A verdadeira atitude em relação ao Papa de acordo com a tradição católica deve ser sempre com moderação sã, com inteligência, com lógica, com senso comum, com o espírito de fé e, claro, com devoção sincera. No entanto, tem que haver uma síntese equilibrada de todas essas características. Esperamos que, após a crise atual, a Igreja atinja uma atitude mais equilibrada e sã em relação à pessoa do Papa e ao seu sagrado e indispensável ministério na Igreja.

Fonte: